

EDITORIAL

As estratégias geopolíticas remontam ao início do processo civilizatório, quando acompanham a formação dos primeiros Impérios da Antiguidade, mas somente ganham o interesse acadêmico ao se associarem intimamente à história dos Estados nacionais, como sinaliza a obra pioneira *Politische Geographie* (1897), do prussiano Friedrich Ratzel. O geógrafo alemão partia da premissa de que todo povo que almeja o desenvolvimento necessita de um “espaço vital” - compreendido como o território necessário para a obtenção de recursos naturais e sua transformação industrial. Dizia o fundador da geografia moderna, que esta relação povo – território somente poderia ser mediada pelo organismo estatal.

Paradoxalmente, esse nascimento germânico da geopolítica moderna e, mais tarde, sua apropriação por intelectuais e militares ligados ao nazismo (caso de alguns dos membros do "Círculo de Munique" de Karl Haushoffer), acabaria prejudicando enormemente o avanço das reflexões geopolíticas nas universidades. Segundo o professor José William Vesentini, esta associação da geopolítica com a ideologia nazi-fascista e o totalitarismo teria início nas décadas de 1930 e 1940, através dos trabalhos dos geógrafos alemães Alfred Hettner e Leo Weibel, e acabaria tornando-se consenso nas universidades européias e americanas no pós-guerra. Entretanto, é preciso que se estenda esta análise ao contexto histórico-geográfico que embasaria o próprio consenso acadêmico contra a geopolítica, que representa algo bem mais complexo ao remeter a uma origem para além da própria corporação geográfica alemã.

Afinal, a geopolítica não foi associada tão somente ao nazismo, mas justificou uma releitura totalmente pejorativa do germanismo, produto da intelectualidade francesa extremamente crítica quanto às ideias alemãs desde sua derrota na guerra franco-prussiana. É significativo que a interpretação do pensamento ratzeliano sob o viés do determinismo geográfico tenha surgido claramente a partir dos possibilistas franceses, e a partir daí que então dissemina-se pela comunidade geográfica internacional. Aos ainda céticos, basta que investiguem as origens da geografia nas universidades brasileiras, com seu enaltecimento de autores francófonos e desenvolvimento de carreiras de complementação da formação acadêmica em universidades francesas.

Curiosamente, o tiro de misericórdia nas reflexões geopolíticas acadêmicas também principiaria de um geógrafo francês, Yves Lacoste, quem rotulou os geopolíticos de serviçais dos "Estados-Maiores militares e da burguesia nacional". Cedo esta leitura tornou-se consenso no interior do pensamento marxista e, simultaneamente, passou a influenciar gerações de intelectuais por todo o mundo. Novamente, os geógrafos brasileiros demonstraram extrema receptividade ao

novo modismo intelectual francês, esperando a partir desse marxismo vulgar destruir a noção de geopolítica e o próprio regime militar brasileiro, quando o real problema era a falta de debate público sobre a segurança nacional.

O fim da bipolaridade, seguido do fracasso do marxismo-leninismo, não parece ter abalado os alicerces das críticas ácidas ao pensamento geopolítico, associado definitivamente ao totalitarismo. Os novos argumentos contra a geopolítica, produzidos a partir da filosofia francesa e da sociologia norte-americana, ou vice-versa, vêm travestidos de ideias progressistas, quando, na prática, gestam a passividade social diante do "Grande Jogo" do sistema internacional. Nesse sentido, a crítica da geógrafa Iná de Castro às filosofias pós-modernas - que propõem a desconstrução radical de todas as formas de poder - é certa, ao desvelar a ausência total de conteúdo desses discursos. Com efeito, a convulsão social haitiana e o retorno da pirataria na costa somali anunciam em alto e bom tom os perigos do solapamento das instituições públicas construídas duramente ao longo de séculos de vida republicana.

Essas filosofias pós-modernas não fazem mais que gravitar em torno do pensamento (neo)liberal, pois, ao exagerarem na defesa das liberdades individuais em detrimento do pólo comunitário, fazem o jogo das corporações empresariais transnacionais e de organizações não-governamentais (ONGs) que fragmentam e anulam as revoluções e reformas político-sociais. A propalada governança global pode gerar um bom número de artigos sociológicos (que por seu conteúdo asséptico podem ser lidos tranquilamente pelos participantes do Fórum Social Mundial ou nos gabinetes do Banco Mundial), mas apenas reforça as estruturas hegemônicas internacionais.

Mas as vozes destoantes já fazem barulho, casos de Samuel Pinheiro Guimarães e José Fiori, no Brasil, e David Harvey, nos Estados Unidos, que têm denunciado a globalização a partir da hegemonia do dólar e enquanto estratégia imperial dos Estados Unidos. Daí que se descortada nos bastidores da Geografia e do novíssimo campo das Relações Internacionais verdadeira luta silenciosa entre os que abraçam as idéias da pós-modernidade e do neoliberalismo e aqueles que estão conscientes da necessidade de um Estado que precisa se fortalecer (o que não impede que o Estado se reinvente para incorporar as novas demandas sociais).

Não obstante aos debates acadêmicos, a geopolítica continua mais viva que nunca, desde a disputa pelo petróleo no Oriente Médio e no Cáspio, passando pela expansão da OTAN na direção do cercamento da Rússia, até a tentativa de sabotagem dos programas nucleares de Irã e Coréia do Norte. Assim, é vital que a América do Sul e o Brasil reflitam sobre sua inserção econômica e política global, e o tipo de equilíbrio de poder que imaginamos para o mundo.

Com este escopo, o artigo inaugural do mestrando Higor Ferreira Brigola e do professor Edu Silvestre de Albuquerque (UEPG) aborda a apropriação do paradigma civilizacional de Samuel

Huntington enquanto estratégia de contenção da aliança atlântica, concluindo que o Brasil não tem motivos para assumir como seus os conflitos civilizacionais alegados pelo "Ocidente cristão" (tese amplamente em voga entre os geopolíticos militares brasileiros durante o regime militar). Por esta razão, o planejamento de novas missões brasileiras nas Forças de Paz da ONU deve evitar, a qualquer preço, aventuras em países de população islâmica, sob risco de incluir o território brasileiro na lista de alvos de grupos terroristas.

O artigo do geógrafo Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS) aborda as fronteiras sul-americanas sobre o aspecto da integração econômica, fazendo ver que as integrações econômicas regionais fortalecem a dimensão cooperativa em detrimento da conflitiva. As fronteiras nacionais sul-americanas não perdem sua dimensão geopolítica, mas adquirem novo significado diante das possibilidades de integração regional num mundo marcado pela crescente competitividade entre blocos internacionais de poder.

O texto do geógrafo moçambicano Cláudio Artur Mungói (Universidade Eduardo Mondlane) lança uma dura e justa crítica ao papel das ONGs no desenvolvimento daquele país lusófono do Índico, e deveria ser lido pela maioria dos estudiosos de Relações Internacionais que insistem em nivelar todos os atores do sistema internacional.

O artigo de Edu S. de Albuquerque desvela a continuidade de ranços da geopolítica tradicional (presa a um realismo excessivo da dependência frente aos EUA) na nova estratégia de defesa elaborada no governo Lula. Defende a necessidade de deslocarmos as fronteiras de contenção dos países amazônicos limítrofes para o Atlântico Sul e além deste, princípio estratégico que deveria nortear nossa política de defesa.

O texto seguinte é de autoria do engenheiro agrícola e geógrafo colombiano Oscar Bermúdez Buitrago (Universidad del Valle), onde apresenta as potencialidades do uso da cartografia crítica para a compreensão dos principais problemas sociais do país vizinho, quais sejam, as drogas ilícitas, a presença da guerrilha e paramilitares e a migração forçada da população.

A primeira edição encerra com o texto de um jovem estudante de geografia, José Alexandre Gonçalves, que busca aplicar conceitos geopolíticos para o estudo clássico da condição mediterrânea do Paraguai.

Editor-Geral